CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 915/80 (Reautuado em 15/02/84)

INTERESSADO : PAULO ANTÔNIO

ASSUNTO : Alteração de categoria docente - IMES de São Caetano do Sul

RELATOR : Cons° Alpínolo Lopes Casali

PARECER CEE N° 1115 / 84 -CTG- APROVADO EM 30/07/84

1. HISTÓRICO:

A requerimento do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, o Conselho Estadual de Educação, pelo Parecer-CEE n° 1163/80, autorizou-o a admitir, na categoria de Professor I, o Sr. Paulo Antônio, bacharel em Ciências Econômicas, a reger a disciplina Política e Programação Econômica, do currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas.

Na ocasião, o interessado, além de outros elementos, fez prova de haver sido aprovado em quinze disciplinas de curso de mestrado, ministrado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, estando a dever o comprovante de aprovação na defesa da dissertação. Portanto, ainda não lhe havia sido concedido o grau de Mestre.

Sem embargo de as disciplinas cobrirem várias áreas de conhecimento, nem sempre presas por um fio de afinidade, o curso havia sido denominado de Mestrado em Administração.

Agora, veio o Instituto Municipal pedir a junta de "declaração" firmada pela Secretária dos Cursos de Pós-Graduação da referida Escola, sem referência, porém, à aprovação na defesa da dissertação, cuja denominação também se omitiu, de que o interessado obteve o grau de Mestre em Administração.

Em razão do que requereu seja alterada a categoria docente do interessado para Professor II.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

A Deliberação-CEE n° 5/80, que dispõe sobre a admissão de professores nos estabelecimentos isolados de ensino superior municipais, faz menção a cursos de pós-graduação, nos graus de Mestre e Doutor, credenciados pelo Conselho Federal de Educação, na forma referida na Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1.968, e,

de modo genérico, a cursos não credenciados.

Os primeiros seriam os da modalidade "stricto sensu" e os segundos na de "lato sensu", cuja aceitação fica a critério do Conselho.

É exato que, no regime dos Pareceres-CFE nºs 977/65 e 77/69, ambos da lavra do Consº Newton Sucupira, havia a orientação de que, nos cursos de pós-graduação "stricto-sensu", houvesse a existência de áreas de concentração e de domínio conexo.

Área de concentração era havida como "campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudo escolhido pelo candidato; e a do domínio conexo como "qualquer matéria não pertencente àquele campo, mas considerada conveniente ou necessária para completar sua formação" .

Vale a pena mencionar a Indicação-CFE nº 3/72 em que se esclarece que, conferido o grau de Mestre ou Doutor em Medicina, deveria haver no diploma a indicação da área de concentração, observada em cada caso.

Há de referir-se também à Indicação-CFE nº 44/74, de autoria da Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, no sentido de que a nomenclatura endereçada ao ensino da Medicina fosse extensiva às outras áreas do ensino superior.

É pacífico que o Parecer-CFE nº 600/82, que dispõe sobre normas, dos cursos de pós-graduação stricto-sensu, não discrepa daquela orientação.

De acordo com informação do Instituto Municipal, em resposta à solicitação da Assessoria Técnica do Conselho, o curso de pós-graduação em Mestrado na Escola de Administração de Empresas de São Paulo não é credenciado (fl. 43).

É pois pós-graduação "lato sensu".

Ainda que essa modalidade de curso de pós-graduação possa organizar-se e funcionar sem o atendimento a todas as exigências do Conselho Federal de Educação para o credenciamento dos cursos de pós-graduação stricto-sensu, portanto, para a validade do seu diploma em âmbito nacional, tem-se como indispensável a indicação da área de concentração de disciplinas, que conduzem a um campo específico de conhecimento e, por via de

conseqüência, a área de disciplinas que objetivam o aprendizado de conhecimentos necessários ou convenientes para a correta formação do pós-graduando.

No curso do interessado, havia um elenco de quinze (15) disciplinas, assim descritas: 1) - Administração Mercadológica; 2) - Pesquisa Operacional; 3) - Administração de Produção; 4) - Governo e Tecnologia; 5) - Engenharia Econômica; 6) - Estudos Brasileiros (sic); 7) - Metodologia de Pesquisa; 8) - Administração e Análise Financeira; 9) - Diretrizes Administrativas; 10) - Teoria Superior de Administração; 11) - Controle de Qualidade; 12) - Formação do Pensamento Econômico; 13) - Macroeconomia (Teoria Econômica); 14) - Administração de Transportes e 15) - Contabilidade de Custos (fl. 16).

Em observação, no histórico escolar, à fl. 16, consta o seguinte:- "O aluno concluiu o currículo do Curso de Mestrado em Administração, por esta Escola, no 1º Termo de 1.977 (março a junho e obteve aprovação no exame geral da área de Concentração "Administração da Produção e de Operações Industriais", realizado em 05/04/77, devendo, ainda, para a obtenção do Título de Mestre de Administração, apresentar a sua dissertação".

É bem de ver que, no curso de pós-graduação, "lato-sensu" que realizou, tanto a sua área de concentração, quanto as demais disciplinas não concorreram para que o padrão de conhecimentos do interessado em Política e Planejamento Econômico torne imperiosa sua ascensão à categoria de Professor II.

3. CONCLUSÃO:

À luz dos princípios que conceituam os cursos de pós-graduação, no grau de Mestrado, quer seja na modalidade "stricto sensu", quer na "lato sensu", a categoria docente de Paulo Antônio, bacharel em Ciências Econômicas, na qualidade de regente da disciplina Política e Planejamento Econômico no curso de Ciências Econômicas, permanecerá a de Professor I.

São Paulo, 19 de junho de 1.984

a)Consº Alpínolo Lopes Casali - Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Erwin Theodor Rosenthal, JESSEN Vidal, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Paulo Gomes Romeo e Roberto Vicente Calheiros.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 20.06.84

a) Cons. Paulo Gomes Romeo-Vice-Presidente em exercício

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 30 de julho de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE